

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.001

# A CONTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES DO PROFEPT NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E ATUAÇÃO DOS NAPNE'S DO IFAL

*JULIANA COSTA DA SILVA*

Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Especialista em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde pela Unicsul. Servidora do corpo técnico administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica (GEPEPT). Email: [juliana.costa@ifal.edu.br](mailto:juliana.costa@ifal.edu.br).

*DIOGO DOS SANTOS SOUZA*

Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal). Graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal); Mestre e Doutor em Estudos Literários pela mesma Instituição. Graduado em Pedagogia pela Estácio de Sá e Especialista em Psicopedagogia Escolar pela Uninassau. E-mail: [diogo.souza@ifal.edu.br](mailto:diogo.souza@ifal.edu.br).

## RESUMO

O objetivo deste artigo é a elaboração do estado da arte na área da Educação Especial na perspectiva Inclusiva no âmbito das produções do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal). O objetivo central desse mapeamento consistiu em apontarmos as possíveis contribuições das pesquisas realizadas pelo Programa de Mestrado mencionado para o processo de inclusão e acessibilidade promovido pela atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne's) do Ifal. O acesso aos Produtos Educacionais se deu por meio da plataforma EduCapes. Adotou-se uma metodologia de caráter analítico no levantamento desses Produtos, com abordagem qualitativa e quantitativa. O ProfEPT local iniciou suas atividades em 2018, possui duas turmas concluídas e três em andamento. Ao longo deste período, foram realizadas 51 defesas, com 8 dessas sendo na área da Educação Especial e Inclusiva, o que corresponde a 15,7% do total de Produtos Educacionais validados até o momento no Programa Local. Verificou-se que as discussões pertinentes à Inclusão de estudantes

surdos/as, a promoção da Libras e a acessibilidade são as temáticas predominantes. Observou-se que a abrangência do público-alvo desses produtos alcançou toda a comunidade interna do Ifal: discentes, docentes e técnicos/as administrativos/as.

**Palavras-chave:** ProfEPT, Educação Especial e Inclusiva, Napne, Estado da Arte, Produtos Educacionais.

## INTRODUÇÃO

---

O recente Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), da Instituição Associada (IA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) tem trazido, no decorrer desses últimos anos, obteve contribuições científicas que fortaleceram a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) da referida Instituição. Na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, é possível identificar trabalhos que sugerem novos olhares para os processos de inclusão e acessibilidade de discentes com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais. Dessa forma, o Napne, que se direciona para atividades de Ensino, possui como aliado da luta pela Educação Especial na perspectiva Inclusiva as pesquisas desenvolvidas pelo ProfEPT.

Isto posto, o presente trabalho objetiva fazer um levantamento de cunho analítico dos Produtos Educacionais do Programa de Pós-Graduação citado, entre o período de 2018 e 2023, que dialogam com a área das Práticas Educativas de estudantes que precisam de acompanhamento individualizado do Napne. Além disso, buscou-se analisar também as relações das pesquisas com as ações do Napne Ifal no ano de 2022, tendo como banco de dados dessas atividades os Relatórios Anuais de Atividades dos Núcleos.

Nesse plano, justifica-se a escrita desse trabalho como uma forma de aproximar os trabalhos realizados pelo ProfEPT e pelo Napne Ifal, compreendendo que a atuação de ambos contribui para o desenvolvimento de Práticas Inclusivas para se pensar em modos de inclusão e de acessibilidade nos processos de ensino e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais. Pretende-se, com este artigo, divulgar ainda mais as produções científicas do Mestrado Profissional do Ifal para que elas possam ser utilizadas cada vez mais pelo Napne Ifal, colaborando para a elaboração de atividades de acolhimento e de adaptação de estudantes e contribuindo para os procedimentos de permanência e êxito escolar no âmbito do ensino.

Gostaríamos de registrar o embasamento das pesquisas do Programa numa concepção de Educação que considera o trabalho como princípio educativo e tem como objetivo uma formação omnilateral, isto é, uma formação que considere, na apreensão da realidade, as múltiplas dimensões do ser social presentes no trabalho

e nas demais atividades humanas, quais sejam, a ontológica, isto é, as formas de existência independentes da consciência, a dimensão cognoscitiva, as formas de conhecimento, e a dimensão ético-política, que abrange as finalidades e é determinada pelos valores (BONAMIGO, 2023).

Nesta linha, as pesquisas nos oferecem elementos que reforçam a necessidade de uma formação integral das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas a partir das concepções de politecnicidade e omnilateralidade. Isto é, que a Educação Especial na perspectiva Inclusiva no âmbito dos Institutos Federais, que instituiu o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, constitui uma possibilidade de construção de uma “formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional” (CIAVATTA, 2014, p. 190-191), uma formação que unifique teoria e prática.

## **METODOLOGIA**

---

O presente trabalho foi construído por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi feito um levantamento das Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Ifal entre 2018 e 2023, colhendo, para análise, somente os trabalhos que tiveram como resultado Produtos Educacionais diretamente relacionados com a proposta da Educação Especial na perspectiva Inclusiva. O acesso às dissertações se deu por meio do site do programa local e o acesso aos Produtos Educacionais, através da plataforma EduCapes. Em seguida, fez-se nota das oito pesquisas e elas foram categorizadas em linhas temáticas para que se pudesse visualizar melhor a predominância de reflexões que foram feitas.

A partir da reunião desse material, foi feita uma consulta ao Napne Ifal, solicitando permissão para que os Relatórios Anuais de Atividades de 2022 fossem utilizados a fim de que se pudesse entrecruzar as ações inclusivas com os objetivos principais dos Produtos Educacionais. Dessa maneira, a relação entre Ensino e Pesquisa foi tecida a partir dos pontos em comum de trabalhos feitos pelo ProfEPT e pelo Napne.

## **NAPNE, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO OMNILATERAL**

O Napne é um setor de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, criado por Portaria instituída em cada Campus do Ifal, conforme resolução N. 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre sua organização, funcionamento e suas atribuições. O Núcleo tem caráter consultivo e propositivo, tendo como objetivo mediar os processos que envolvam Educação Especial na perspectiva Inclusiva das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas do Ifal (cujas necessidades educacionais se originam em função de Deficiências, de Altas Habilidades, Transtornos Globais de Desenvolvimento ou outros Transtornos de Aprendizagem), atuando de maneira integrada aos demais setores da Instituição.

Entre as finalidades do Napne, está a contribuição com o ensino, a pesquisa e a extensão nas questões relacionadas à inclusão desse público-alvo no âmbito estudantil e também no mercado de trabalho. Assim, para além da permanência e conclusão com êxito, o Núcleo também assume como compromisso o apoio ao corpo discente com necessidades educacionais específicas no preparo e inclusão no mundo do trabalho.

Em consonância com os princípios que fundamentam os Institutos Federais, o Napne atua tendo em vista a permanência e a conclusão com êxito a partir de uma formação integral, no sentido tanto de um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica quanto de uma formação que integre as várias dimensões da vida humana: "física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional" (CIAVATTA, 2014, p. 190-191).

Considerando que o trabalho no mercado capitalista é marcado pela divisão social entre trabalho manual e intelectual - que funda uma formação dual - e pela exploração da força humana de trabalho, apresenta-se como grande desafio um processo de inclusão que tenha como horizonte uma formação omnilateral para um grupo que historicamente foi rejeitado, marginalizado, oprimido e excluído da sociedade. Para além do movimento em construção de garantir às pessoas com necessidades específicas uma formação politécnica e omnilateral, surge também a necessidade de ter como horizonte uma prática profissional que caminhe no mesmo sentido, que esteja assentada nas mesmas bases, o que vai de encontro com a própria lógica do mercado capitalista.

Nesse sentido, percebe-se que os desafios aumentam à medida que se possui como horizonte não apenas a entrada de pessoas com deficiência e necessidades

específicas no ensino regular comum, bem como uma formação que caminhe no sentido da construção da omnilateralidade, mas também seu preparo para entrada no mundo do trabalho, de modo que, nesse universo, seja possível colocar em prática a politecnicidade e não apenas o simples acesso ao emprego na condição de pessoa com deficiência e/ou outras necessidades específicas. Vale frisar aqui que ainda é bastante comum que a entrada no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência seja configurada por preconceitos, uma vez que elas são, geralmente, colocadas apenas para exercer funções técnicas, como manuseio de produtos e prateleiras em supermercados, por exemplo. Não queremos dizer, com isso, que ocupar esses postos de serviço não seja algo digno, mas as pessoas com deficiência são direcionadas, geralmente, para esses lugares, pois não se acredita que elas possam desenvolver atividades que exijam mais formação profissional e escolar.

Não é o objetivo deste artigo avançar nesta discussão, mas tão somente demarcar as contribuições das pesquisas no âmbito do ProfEPT para a atuação dos Napnes do Ifal no que tange ao ensino e à aprendizagem, mas também as suas possíveis contribuições para a prática profissional. Aqui, faz-se necessário uma digressão para esclarecermos os conceitos que norteiam a formação no âmbito dos Institutos Federais, os de educação, trabalho, politecnicidade e formação omnilateral.

Convém esclarecer que a Educação ou a atividade educativa em um sentido amplo é um processo histórico e cultural de produção, atualização e transmissão do conhecimento acumulado pelas várias gerações. Ou seja, é a educação quem propicia aos indivíduos em sociedade “a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade” (TONET, 2005, p. 222). A forma como esse processo se desenvolve depende de cada sociedade concreta, das relações econômicas, políticas, sociais e culturais nela gestadas. Nas sociedades de classe, no entanto, a Educação tem assumido um caráter restrito, vinculado aos interesses de classe, predominando uma formação unilateral que está subsumida aos interesses do mercado.

A Educação Formal, a que acessamos no ambiente escolar, constitui um direito universal e uma política social, isto é, uma política regulada pelo Estado tendo em vista, segundo a CF/88, Art. 205, o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Quanto a esta última observação, podemos afirmar que a qualificação para o trabalho tem significado na sociedade atual tornar os cidadãos aptos para a produção e reprodução

do capital. Sob o regime do capital, o Estado constitui instrumento de garantia da reprodução social por meio dos seus diversos aparatos que buscam atenuar os conflitos de classe - capital x trabalho.

Para a garantia das taxas de lucro, a sociedade de mercado regida pela reprodução ampliada de capital lança mão de diversos mecanismos que buscam sempre a estabilização do sistema. Nesse sentido, algumas concessões são feitas pela pressão dos trabalhadores e seus movimentos. Ou seja, embora a Educação na sociedade de mercado tenha como fator determinante a reprodução do capital, ela também abarca concessões aos trabalhadores quando a conjuntura e as pressões dos movimentos da Educação, de alguma forma, ameaçam a estabilidade necessária. Isso porque a Educação Formal, enquanto política social, assim como as demais políticas sociais, resulta das contradições postas pela luta de classes e constitui mediação necessária para a chamada coesão social.

Inserida nesta totalidade social, a proposta de formação integral politécnica e omnilateral com base em uma concepção do trabalho como princípio educativo que norteia a institucionalização dos Institutos Federais configura um meio de resistência a uma formação unilateral, voltada unicamente para o mercado alicerçado na divisão entre trabalho manual para as classes subalternas e o trabalho intelectual para as classes dominantes.

Afirmar a necessidade de superar a unilateralidade implica em reconhecer o trabalho como atividade universal produtora de valores de uso, da qual o homem não pode prescindir para sua subsistência (MARX, 1988). Mas, também, deve-se lembrar que a atividade do trabalho vai muito além dessa necessidade vital imediata de manutenção da subsistência, sendo meio pelo qual o homem produz sua própria existência, pois, através do trabalho, ele realiza os seus objetivos na matéria natural, ao passo que, ao transformar a natureza nos seus meios de subsistência, transforma também a si mesmo, adquirindo novos conhecimentos e habilidades que antes não possuía. Nessa direção, o trabalho é o meio pelo qual o homem se realiza e desenvolve suas potencialidades. Assim, tanto ao realizar o trabalho quanto ao realizar as demais atividades pelo trabalho fundadas, o homem é permeado por três dimensões: ontológica, cognoscitiva e teleológica. Aqui, reside a base da omnilateralidade das práticas humanas. Se o trabalho permite essa união, ele "potencializa a formação do ser humano em sua dimensão universal. [...] O trabalho, dessa forma, constitui-se princípio e processo educativo, potencializador de uma formação omnilateral" (BONAMIGO, 2014, p. 90).

No entanto, ao ser fundado em um processo de exploração, de expropriação dos meios de trabalho que geram classes antagônicas, o trabalho é marcado pela parcelização, pela divisão entre trabalho manual e intelectual, pela unilateralidade. E para fazer resistência a esta realidade imposta, surge a formação integrada, a qual discutimos anteriormente. Para os objetivos deste artigo, importa destacar o acesso das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas a este tipo de formação no âmbito do Ifal e de que forma as produções do ProfEPT têm contribuído nos processos de construção da educação inclusiva, especificamente respaldando o trabalho dos Napne's.

Tais pesquisas nos oferecem elementos que reforçam a necessidade e possibilidade de termos como horizonte uma formação integral das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas a partir das concepções de politecnicidade e omnilateralidade. Isto é, que a Educação Especial na perspectiva Inclusiva no âmbito dos Institutos Federais, que instituiu o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, constitui uma possibilidade em construção de uma "formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional" (CIAVATTA, 2014, p. 190-191), uma formação que unifique teoria e prática.

Conforme Gomes, Melo e Rafante (2019, p. 98), com base em Marx, a consideração de que a

proposta de eliminação da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução, de modo a garantir a todos os homens a compreensão do processo de produção em sua totalidade, constitui uma crítica às políticas educacionais burguesas que enfatizavam a necessidade de a educação ser a base para a formação no trabalho.

Em oposição a este tipo de formação, a Educação Politécnica exige a apropriação "das bases científicas e tecnológicas da produção e da capacidade de lidar com os instrumentos essenciais das mais variadas profissões". E isto implica em "trabalhar com o cérebro e com as mãos", o que corresponderia, então, a um desenvolvimento humano pleno (GOMES, MELO e RAFANTE 2019, p. 98). Assim, falar em desenvolvimento pleno de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas implica em oferecer as condições objetivas a partir de suas particularidades.

## **AS PRODUÇÕES DO PROFEPT**

---

No âmbito do ProfEPT, as pesquisas desembocam em Produtos Educacionais, que são os seus resultados concretos. Com o objetivo de dar resposta a um problema advindo do campo de uma prática profissional, ele pode ser um “artefato real ou virtual, ou ainda, um processo”. É necessário conter “especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros”, além disso, é fundamental que seja “desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina” (RIZZATTI et al., 2020). Nesse sentido, a metodologia adotada no âmbito do ProfEPT é a pesquisa-ação, que intenta uma transformação na realidade a partir dos problemas identificados, envolvendo, para tanto, os sujeitos do universo prescrito.

O ProfEPT local, da Instituição Associada Ifal, iniciou suas atividades em 2018, possui duas turmas concluídas e três em andamento. Desde então até o momento em que este trabalho foi submetido, foram realizadas 51 defesas, com 8 dessas sendo na área da Educação Especial e Inclusiva, o que corresponde a 15,7% do total de Produtos Educacionais validados até o momento. A seguir, faremos um levantamento de cunho analítico dos Produtos Educacionais validados neste período no programa local.

O Produto Educacional “Formação de professores para inclusão de alunos surdos”, resultado da dissertação “Formação de professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio” (2020), de autoria de Melissa e Ana Paula Fiori, propõe um trabalho essencial para a inclusão e acessibilidade de pessoas surdas no ambiente educacional: a formação docente. A presença da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de Licenciatura ainda é ínfima, uma vez que apenas há uma disciplina introdutória. Já nos cursos de Bacharelado, estudar Libras é opcional. Sendo assim, nota-se que é preciso haver ações de formação continuada nessa área para preparar o corpo docente a pensar em um processo de ensino e aprendizagem para os/as discentes surdos/as.

Nesse viés, entra-se num caminho de construção de uma Escola Inclusiva, espaço em que se conta com a presença dos/as Tradutores/as e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) para a efetivação da acessibilidade comunicacional. Além disso, conhecer a Cultura Surda e mecanismos de utilização de Tecnologias e

Mídias para o ensino de pessoas surdas é imprescindível para que o mundo ouvinte não seja constantemente predominante para os/as estudantes não ouvintes. Esse ponto é trabalhado no Produto Educacional supracitado e dialoga diretamente com as propostas de Inclusão Escolar do Napne Ifal, tendo em vista que o Núcleo busca, cada vez mais, trazer o universo surdo para o contexto escolar a fim de transformar, também, os/as ouvintes em aliados/as que intentam dirimir as barreiras linguísticas na inclusão de estudantes surdos/as.

O segundo Produto Educacional que iremos discutir é “Manual Pedagógico sobre os Paradigmas da Inclusão e Necessidades Educacionais Específicas”, resultado da dissertação “Manual Pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Alagoas - Campus Piranhas” (2020), de Taíza Cunha. Vale destacar que o Napne já está evidenciado no título do trabalho, fato que mostra que as atividades do Núcleo fizeram parte do cenário principal do desenvolvimento de pesquisa. Assim, observa-se que, mesmo sendo uma equipe, a princípio, direcionada para as atividades de Ensino, o Napne, no Ifal, movimenta trabalhos de pesquisa, fato que precisa ser amplamente divulgado, tendo em vista que essas ações oferecem mais visibilidade a discentes com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais.

O Manual, em sua Introdução e no decorrer das reflexões, enfatiza que os/as profissionais da Educação devem se atentar não somente para a matrícula do/a estudante com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais, como também para os processos que garantem a permanência e êxito escolar. É relevante frisar essa passagem da pesquisa, pois, por muito tempo, acreditou-se que promover a entrada do público-alvo da Educação Especial no meio escolar já era o suficiente. Todavia, tal pensamento visa apenas a integração, de inserir os/as discentes na Escola sem promover a sua inclusão com toda a comunidade. Uma das linhas de atuação do Napne é conscientizar o corpo docente que, para se concretizar a inclusão escolar, é preciso discutir os itens que favorecem o processo de permanência, como, por exemplo, as adaptações curriculares e avaliações diferenciadas.

O trabalho de Maria José Guerra e José Isnaldo Barbosa, “Acessibilidade além do olhar, orientações acerca da visão monocular no contexto da educação profissional” (2021), é uma cartilha voltada para as reflexões sobre a Deficiência Visual no contexto do ensino. Aqui, chama-se a atenção para o tópico que trata sobre a identificação de estudantes com visão monocular. É ainda comum que determinadas

necessidades específicas sejam identificadas na sala de aula. Por conta disso, é preciso que haja orientações para que o corpo docente perceba quando um/a discente possui o seu processo de aprendizagem comprometido em função de problemas com a visão. Essa ação já é feita pelo Napne Ifal, em especial, quando os Campi recebem estudantes com Deficiência Visual.

O Produto Educacional de Hérlei Mariano Martins Alves e Jarbas Mauricio Gomes, intitulado “Nas trilhas da inclusão: contribuições dos técnicos administrativos em educação” (2021), oferece um curso sobre inclusão escolar para Técnicos/as Administrativos/as em Educação e foi ofertado para o corpo técnico do Ifal Campus Santana do Ipanema. Partindo de uma noção de inclusão escolar como construção coletiva, essa formação teve como objetivo promover a sensibilização do corpo técnico administrativo para participação nesse movimento de inclusão. E, a cada etapa diagnóstica, confirmou-se a necessidade de um Curso sobre Inclusão Escolar: havia debilidade, conforme seus autores, nos conhecimentos que esses/as profissionais tinham acerca da temática da inclusão escolar. Isso reforça a ideia de que um dos grandes desafios para concretização de uma Escola Inclusiva está na disseminação na sociedade como um todo e, no meio educacional, de forma particular, de saberes e valores que evoquem a justiça e equidade social como ideais de sociedade. Assim, o curso é um chamamento ao corpo administrativo para que contribuam e atuem de modo a garantir a efetivação de uma escola que inclua e acolha.

Com carga horária de 20h, o curso possui 4 unidades. Unidade I - “A Educação Inclusiva e a Educação Especial: Conceitos de Educação Inclusiva e Educação Especial; Origens históricas da concepção de Educação Inclusiva. Unidade II - “A inclusão escolar no Brasil: A inclusão escolar como direito social; A inclusão escolar e a legislação educacional brasileira.” Unidade III - “Voltando o olhar para a inclusão na EPT: As políticas públicas de inclusão no contexto da EPT; Os espaços para atuação inclusiva no âmbito do Ifal”. Unidade IV - “Nas trilhas da inclusão: a práxis inclusiva de técnicos administrativos em educação: O trabalho e as experiências de inclusão dos TAEs no contexto do Ifal”.

É importante registrar que a resolução N. 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, oferece embasamento legal para formação de uma equipe que abarque representantes de toda a comunidade interna da Instituição, haja vista exigir que o Núcleo contemple em sua composição “pelo menos: 1 representante da Assistência Estudantil, 2 docentes, 1 técnico especializado (em Tecnologia Assistiva, Tradutor/ Intérprete em Libras, Tradutor em Braille, entre outros/as profissionais que atendam

a demanda de cada Campus) e 1 assistente administrativo/a”, que devem ser formados/as continuamente em Educação Inclusiva. Ainda é facultada a participação voluntária de servidores/as, discentes e comunidade externa. Ressalte-se que os/as discentes também podem compor o Núcleo e, dessa forma, pode-se ter um aliado importante para sensibilização do corpo discente. Aqui, nos referimos à composição do Núcleo, a uma construção coletiva da inclusão requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, para além dos/as gestores/as. O Produto Educacional citado contribui no sentido de reforçar essa necessidade ao ser instrumento de disseminação de saberes entre o corpo técnico administrativo, auxiliando também nos trabalhos dos Napne’s no que tange à finalidade de promoção de formação em Educação Inclusiva para os servidores do Campus. Além disso, colaborou-se também com a ideia de que o processo de ensino e aprendizagem se concretiza não somente pelo corpo docente, e sim também por todo o corpo técnico administrativo que orbita nas ações desenvolvidas na escola.

No Produto Educacional “Conhecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei 9.433/91 adaptada para alunos surdos” (2021), de Lenin Costa e Ana Paula Fiori, os/as autores/as construíram uma cartilha para expressar, de uma maneira mais visual e interativa, a Política Nacional de Recursos Hídricos para estudantes surdos/as, almejando transpor o texto da Legislação para um contexto linguístico mais apropriado para pessoas que não possuem a Língua Portuguesa como idioma materno. O material didático elaborado pelos/as pesquisadores/as atende a uma demanda constante do Napne Ifal: produzir textos adaptados para estudantes surdos/as.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta pedagógica conduzida pelo Napne a fim de registrar as adaptações curriculares feitas por professores/as para promover as acessibilidades pedagógicas devidas para os/as discentes que necessitam de acompanhamento individualizado. No caso de estudantes surdos/as, uma das principais adaptações que devem ser realizadas, comum a todos os componentes curriculares, é a adequação de textos escritos. Ou seja, os conteúdos devem ser expressos dentro de uma linguagem mais acessível, com períodos curtos e imagens para ilustrar conceitos. É por esse viés que a cartilha sobre a Política Nacional sobre Recursos Hídricos foi escrita, passando pela avaliação de discentes surdos/as do Campus Marechal Deodoro e Tradutoras e Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) para constituir um texto adaptado para as especificidades linguísticas do público-alvo a qual se dirige.

Partindo de uma atmosfera semelhante, o Produto Educacional “Guia para acesso ao minicurso ‘Inclusão, cultura surda e noções de libras no Ifal’”, de Ermans Carvalho e Ricardo Cavalcanti, colabora para as ações do Napne Ifal no que diz respeito à promoção e o incentivo ao estudo da Libras como forma de transformar o ambiente escolar em um lugar mais inclusivo. Levando em consideração que o currículo do Ensino Médio Integrado ao Técnico não contempla a Libras, cursos direcionados para estudantes de Educação Básica são essenciais para o fortalecimento das ações inclusivas do Ifal. Além do mais, por meio de iniciativas como essa, afirma-se que qualquer servidor/a ou discente, independente de pertencer ao Napne, pode ser um agente de inclusão escolar. O curso de Libras que fez parte desse Produto Educacional nasceu de uma pesquisa de Mestrado de um estudante ouvinte do ProfEPT do Ifal. Portanto, tal ação, que pode ser replicada em qualquer Campus, mostra o quanto é importante fazer com que a Libras seja difundida entre os/as discentes na intenção de dirimir as barreiras linguísticas, retirando do isolamento ouvinte as pessoas surdas.

Na “Cartilha Legal: inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas” (2022), de Jairo Souza e Eduardo Moraes, há orientações, sugestões de metodologias e estratégias para os processos de inclusão de estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais partindo da Resolução 17, de 2019, que aprova os procedimentos de identificação e acompanhamento de discentes do público-alvo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Assim, nota-se o quanto a presença do Napne no Ifal pode ser compreendida como elemento que compõe as ações de pesquisa voltadas para a modalidade de ensino mencionada. O diálogo entre Ensino e Pesquisa, nessa situação, expressa que os acontecimentos da sala de aula, e aqueles que estão envolvidos nela, têm bastante o que dizer para quem pretende investigar as nuances e peculiaridades dos estilos de aprendizagem de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais.

Por fim, o último Produto Educacional, dividido em dois volumes, trata de um tema diretamente relacionado à Educação Profissional e Técnica: a Prática Profissional. “Guia de Orientações para professores e Guia de Estudos de Turismo Acessível (2021)”, de Claudia Fialho e Eduardo Moraes, trazem reflexões sobre o Turismo Acessível, abordando pontos e situações que estão no contexto de Práticas Profissionais de discentes com deficiência do Eixo Tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”, presente nos Campi Maceió, Marechal Deodoro e Maragogi.

Na listagem dos tópicos de discussão, os/as autores/as tratam de conceitos do Turismo Acessível, da acessibilidade na comunicação de prestação de serviços, do acesso a Museus e ao Transporte Aéreo e de diretrizes para o Turismo de Aventura Adaptado. O material didático funciona bem como uma cartilha de orientações para profissionais nessa área que possuem deficiência e estão em período de formação técnica. Logo, o presente Produto Educacional se dirige aos/às discentes, fundamentando as dicas na Legislação vigente sobre o assunto e colaborando para atuação dos Napne's, especificamente, que possuem cursos no Eixo Tecnológico citado. Nesse caso, estamos em um movimento em que os resultados da pesquisa desenvolvida irão incidir na sala de aula da Educação Profissional e Técnica.

Tal reflexão é bastante importante e urgente, uma vez que há ainda poucos trabalhos que discutem a Prática Profissional de estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas educacionais. Tendo em vista os estigmas sofridos por essa parcela da população em sua inserção no mercado de trabalho, como já mencionamos brevemente, pesquisas como essa precisam ser feitas para entrecruzar mais a Educação na Especial na perspectiva Inclusiva às Práticas Profissionais, requisitos obrigatórios para a conclusão dos Cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico e Subsequente.

## **TEMÁTICAS PREDOMINANTES**

---

A Inclusão de estudantes surdos/as, a promoção da Libras e a acessibilidade são as temáticas predominantes nos Produtos Educacionais elaborados no ProfEPT do Ifal na área da Educação Especial e Inclusiva. Talvez, pelo fato de as barreiras linguísticas se tornarem um fator impeditivo da presença de discentes surdos/as desde o momento do Exame de Ingressos, os estudos recaem nessa área, pois, sem a acessibilidade linguística, é impossível que se efetive o processo de ensino e aprendizagem para esse público-alvo.

## **RELAÇÃO DAS TEMÁTICAS COM AS AÇÕES DO NAPNE IFAL EM 2022**

---

Com base na leitura dos Relatórios Anuais de Atividades do Napne no ano de 2022, iremos fazer uma reflexão da relação de algumas ações inclusivas realizadas que dialogam com as propostas dos Produtos Educacionais mencionados. Nesse

sentido, o elo entre Ensino e Pesquisa será colocado como um ponto fundamental para o fortalecimento da Educação Especial na perspectiva Inclusiva no Ifal.

O Napne Campus Batalha, no ano de 2022, não estava fazendo nenhum acompanhamento individualizado para discentes, uma vez que não havia demandas de estudantes com deficiência. Para tornar o Napne atuante, a equipe criou um Projeto de Ensino que se propôs a realizar um ciclo de encontros discutindo questões relativas à Inclusão, oferecendo orientações gerais sobre tratamento e acolhimento de grupos invisibilizados socialmente. Tal ação vai ao encontro dos Produtos Educacionais que construíram Cartilhas a fim de trazer mais informações sobre o público-alvo da Educação Especial e contribuir para a conscientização de todo o corpo escolar.

Em um dos relatos do Napne Maragogi, descreveu-se a primeira ocorrência de acompanhamento de um estudante com Deficiência Intelectual designado à Prática Profissional em um ambiente de Hotelaria. Na esfera do Napne Ifal, as discussões sobre as Práticas Profissionais ainda estão no início, porém, há discentes que já estão nessa fase do curso e não podem esperar os trâmites burocráticos para concluir essa etapa do currículo da Ensino Médio Integrado ao Técnico. Em virtude dessa situação, considera-se como uma valiosa colaboração para o trabalho do Napne Ifal o “Guia de Orientações para professores”, pois esse material aborda temas que estão no cerne da Prática Profissional do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, elencando aspectos cruciais para se pensar a condução desse tipo de atividades para discentes com deficiência.

No ano de 2022, o Campus Maragogi recebeu um estudante com visão monocular e, quando essa informação chegou à Coordenação Sistêmica do Napne Ifal (CoNapne), enviou-se o Produto Educacional que traz as orientações de Inclusão para discentes com Deficiência Visual, um guia indispensável, em especial, para o corpo docente, tendo em vista que este precisa adaptar os materiais didáticos para as especificidades de acuidade visual dos/as discentes.

Já no Campus Penedo, há um relato que chama atenção e que, infelizmente, é uma realidade na maioria dos Campi: a baixa adesão do corpo docente para a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI). Apesar de as Formações Continuadas na área da Educação Especial na perspectiva Inclusiva terem aumentado vertiginosamente, ainda são poucos os estudos sobre as Adaptações Curriculares, um terreno complexo para os/as pesquisadores/as da área, tendo em vista que cada tipo de deficiência guarda um horizonte infinito de formas de ser e

sentir no mundo. Por isso, é preciso destacar as produções de cartilhas que falam sobre as PcD's, porque esses materiais, que partem das vivências do Ifal, tornam-se recursos para que os/as professores/as possam pensar em estratégias para transformar o processo de ensino e aprendizagem em uma experiência inclusiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Nosso objetivo, nesse artigo, foi identificar possíveis contribuições das produções do ProfEPT/Ifal para a construção da Educação Especial e Inclusiva e atuação dos Napne's do Ifal. Entendemos que, para que a Educação Especial seja realmente inclusiva no âmbito dos Institutos Federais, ela deve possibilitar ao/à estudante com deficiência e/ou necessidades específicas que suas singularidades nos processos de ensino e aprendizagem possam ser plenamente atendidas. Isso implica a adaptação da escola para perceber, preparar-se e atender às variadas necessidades e formas desses estudantes perceberem e sentirem o mundo e de apreenderem a realidade.

Por intermédio das adaptações da escola, e não da simples integração desses estudantes, aponta-se como possibilidade, no âmbito da Educação Especial na perspectiva Inclusiva dos If's, a construção de uma "formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional" (CIAVATTA, 2014, p. 190-191), uma formação que unifique teoria e prática. As produções que aqui abordamos trazem olhares fundamentados nesta direção. Quando falamos em adaptações da escola, estamos fazendo referência a um processo que envolve, desde o início, toda a comunidade interna. Nesse sentido, observou-se que a abrangência do público-alvo dos produtos educacionais aqui abordados, alcançou toda a comunidade interna do Ifal: discentes, docentes e técnicos/as administrativos/as.

Ao considerarem o trabalho como princípio educativo e a formação politécnica e omnilateral como horizonte para todos/as, as pesquisas do Programa podem contribuir para a construção dos Napne's seguindo o mesmo horizonte, o de mediar os processos de ensino e aprendizagem tendo como objetivo a integração da formação geral e profissional e a formação que contemple todos os aspectos da vida humana e não só a preparação para o trabalho ou o seu simples acesso.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, Hérlei Mariano Martins; GOMES, Jarbas Mauricio. **Nas trilhas da inclusão: contribuições dos técnicos administrativos em educação.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

BONAMIGO, Carlos. **Limites e possibilidades históricas à educação omnilateral,** Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/118-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/118-0.pdf) 2014>. Acesso em: 20 jan. 2023.9.27.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Ermans Quintela; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Souza. **Guia para acesso ao minicurso “Inclusão, cultura surda e noções de libras no Ifal”.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

ClAVATTA, M. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por Que Lutamos? **Trabalho & Educação,** Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 187-205, jan-abr 2014.

COSTA, Lenin Mendes; FIORI, Ana Paula Santos de Melo. **Conhecendo a política nacional de recursos hídricos: Lei 9.433/97 adaptada para alunos surdos.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

CUNHA, Taiza Lima da; SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. **Manual pedagógico sobre os paradigmas da inclusão e necessidades educacionais específicas.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

FIALHO, Claudia Suzana Correia Lima; Moraes, Eduardo Cardoso. **Guia de estudos de turismo acessível.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional

e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

FIALHO, Claudia Suzana Correia Lima; Moraes, Eduardo Cardoso. **Guia de orientações para professores.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

GOMES, Jarbas Maurício Gomes; MELO, Douglas Christian Ferrari de; Rafante, Heulalia Charalo Rafante. **Gramsci e a Educação Especial.** Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019.

GUERRA, Maria José; BARBOSA, José Isnaldo de Lima. **Acessibilidade além do olhar, orientações acerca da visão monocular no contexto da educação profissional.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Superior. **Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a organização, funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE - do Instituto Federal de Alagoas - IFAL. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjW8KCohsuBAXVMs5UCHdV1A94QFnoECA0QAw&url=https%3A%2F%2Fwww2.ifal.edu.br%2Facesso-a-informacao%2Finstitucional%2Forgaos-colegiados%2Fconselho-superior%2Farquivos%2Fres-no-45-cs-2014-aprova-a-regulamentacao-do-napne-ifal.pdf&usg=AOv-Vaw1aoqah-TTabec0QII7RtQh&opi=89978449>>. Acesso em 25 jan. 2023.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. I, Tomo 1. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES, Melissa Rossana de Oliveira; FIORI, Ana Paula de Melo. **Formação de professores para inclusão escolar de alunos surdos.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

SOUZA, Jairo José; Moraes, Eduardo Cardoso. **Cartilha Legal: inclusão do aluno com necessidades específicas.** Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2022.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.